

P r e f á c i o

Há pouco mais de 500 anos, o primeiro relato do estado em que a frota de Cabral encontrou as terras que formariam a nação brasileira foi enviado ao rei de Portugal. Em carta elaborada pelo escrivão encarregado dessa tarefa, Pero Vaz de Caminha, a *Terra Brasilis* era vista como habitada por um povo amável e sorridente, pacato, dotada de recursos naturais capazes de transformá-la em uma nação rica e próspera. Em frases que foram reproduzidas nos livros de história, Caminha assim sintetizou a imagem que captou do potencial da nação brasileira:

“Essa terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até a outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia Parma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”.

De lá para cá, parte das expectativas de Caminha sobre o potencial do Brasil se cumpriu. O Brasil consolidou sua independência, preservou a integridade de seu vasto território (muito maior do que o imaginado pelo escrivão), várias vezes ameaçada por dissensões internas e fortes conflitos armados, incorporou uma parcela considerável de povos de toda parte do mundo à sua população e firmou-se como uma nação respeitável no nosso planeta. Plantando, e aplicando tecnologia na agricultura em reforço ao trabalho de sua gente, o Brasil tornou-se uma potência agrícola. O brasileiro também ficou internacionalmente conhecido pelo caráter amistoso de seu povo. No entanto, boa parte dele permaneceu despida de posses, isto é, permaneceu à margem do progresso e da inclusão social.

Ao longo de poucos séculos a economia foi ganhando densidade e assumindo uma face mais moderna. A população foi saindo do campo e concentrando-se em grandes cidades. Essas transformações se acentuaram no século passado, especialmente em sua segunda metade, quando o Brasil implantou uma indústria moderna, integrou física e economicamente o seu vasto território, desenvolveu uma agricultura dinâmica e tornou-se mundialmente conhecido em algumas áreas do saber e do conhecimento.

No último quarto de século esse dinamismo perdeu o fôlego. No final dos anos 70, o modelo de desenvolvimento adotado no pós-guerra passou a apresentar crescentes sinais de esgotamento, ao mesmo tempo em que as demandas sociais explodiam, depois de mais de vinte anos de um regime autoritário. Os desequilíbrios econômicos e sociais se aprofundaram: a crise da dívida externa isolou o país dos fluxos de capital internacional; a inflação disparou e, em alguns momentos, esteve a ponto de transformar-se em hiperinflação aberta. A crise fiscal traduziu-se em deterioração dos serviços públicos e aumento acentuado da tributação, via elevação de impostos – e mais recentemente, de contribuições – de má qualidade que penalizam os mais pobres e comprometem a competitividade de nossa economia.

O Brasil deixou de ser um país de imigrantes, uma terra de oportunidades para todos os povos do mundo, para transformar-se em uma terra de emigrantes. Mais de dois milhões de brasileiros, segundo estimativas recentes, buscam agora em terras estrangeiras as oportunidades que já não vislumbram aqui.

Mas desse processo penoso de desacertos e desencontros, forjou-se a transição para um novo modelo de crescimento: primeiro pela reconstrução das instituições políticas democráticas, culminando com a Constituinte de 1987; depois pela reforma das instituições econômicas, como a reforma orçamentária e a implantação da Secretaria do Tesouro, ambas durante os anos 80 – que permitiriam alguns anos mais tarde a adoção de regime fiscal mais sustentável; até a abertura comercial do país implementada nos anos 90 e a privatização de empresas antes controladas pelo Estado.

Mesmo com esses avanços, a dificuldade em se debelar o processo inflacionário deixou marcas: paralisou o crescimento econômico, travou o investimento e estancou a geração de emprego. A produtividade da

economia caiu de forma acentuada; a pobreza cresceu e atingiu os grandes centros urbanos, alcançando milhões de indivíduos e contribuindo para o aumento da delinqüência e da criminalidade. Não obstante, houve melhoria de alguns indicadores sociais, como a queda da mortalidade infantil e o aumento da freqüência escolar. E mais importante: dando provas de maturidade, o Brasil estruturou um bem engendrado plano de estabilização de preços e, anos mais tarde, comprometeu as autoridades públicas com o objetivo de austeridade fiscal, por meio da instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A estabilização alcançada com o Plano Real possibilitou uma volta temporária do crescimento. Ainda que na segunda metade da década de 90 se tenha avançado bastante em reformas que visaram dotar a economia brasileira de dinamismo, o sucesso inicial do real dependeu em demasia da valorização do câmbio, expondo o país a uma dependência maior das condições internacionais. Os resultados, inicialmente muito favoráveis, fizeram com que se postergasse o enfrentamento da questão fiscal. Como consequência, os déficits se elevaram, sobrecarregando a política monetária na tarefa de consolidação da estabilidade. O país tornou-se vulnerável a crises externas e alvo de crescente desconfiança de investidores.

A crise de 1998 sinalizou a necessidade de mudanças mais profundas na condução da política econômica. O câmbio deixou de ser controlado e a política fiscal passou finalmente a perseguir superávits capazes de estancar o crescimento da dívida pública e abrir espaço para que, a mais longo prazo, a própria dívida fosse reduzida. Ainda assim, seja por fatores externos – como a queda acentuada do preço de ativos nos EUA ou a crise na Argentina –, seja por fatores internos, como o racionamento de energia, o fato é que o novo equilíbrio ainda se mostrava frágil. E essa debilidade ficou evidente em 2002, quando as elites domésticas e estrangeiras desconfiaram da possibilidade de sucesso de uma transição política nunca antes experimentada em nossa história. Para surpresa de muitos, as principais diretrizes da política econômica foram mantidas pelo novo governo e os contratos, respeitados. Uma demonstração da solidez da jovem democracia brasileira.

Após um ano de difícil ajuste, em 2003, e uma recuperação significativa da atividade econômica e do emprego em 2004, a economia

brasileira entrou em 2005 apresentando indicadores de crescimento, inflação, contas externas e déficit público que só haviam sido simultaneamente alcançados há mais de cinquenta anos.

Apesar do clima de otimismo que vai se difundindo é preciso manter a calma e perseverar no rumo das mudanças que vêm sendo feitas. Grandes desafios ainda precisam ser superados para que o Brasil não retorne à montanha russa do passado recente. O estado da nação que o Ipea encontra 505 anos após o relato de Caminha revela avanços, mas também sérias dificuldades.

Esta nova publicação do Ipea inaugura uma prática, que se pretende anual, de analisar e expor à população brasileira os problemas que enfrentamos para que o potencial do país seja integralmente aproveitado, acompanhada de sugestões de mudanças que estimulem o debate sobre o que é necessário fazer para que o futuro encontre uma nação economicamente mais forte e menos desigual.

Glauco Arbix

Presidente do Ipea

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretora de Estudos Sociais

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Administração e Finanças

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos Setoriais

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Paulo Mansur Levy

Diretor de Estudos Macroeconômicos